



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
da Universidade Estadual de Londrina

CÂMARA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

EDITAL Nº 001/2017

DATA DA PROVA: 01/10/2017

CARGO: PROCURADOR LEGISLATIVO (NÍVEL SUPERIOR)

Conhecimentos Específicos: Questões 01 a 16; **Conhecimentos Gerais:** Questões 17 a 22;

Língua Portuguesa: Questões 23 a 30.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA

1	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
2	A prova terá duração de 5 (cinco) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta e a realização da prova discursiva.
3	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
4	O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas, seja para ir embora ou para utilizar os sanitários.
5	Este caderno de provas contém 30 (trinta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d).
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
7	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal.
8	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
9	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-resposta.
10	Assine o cartão-resposta no local indicado.
11	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
12	Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal da prova.
13	O caderno de prova objetiva poderá ser levado somente pelo candidato que se retirar da sala de aplicação de provas no decurso da última hora da realização das mesmas.
14	É obrigatória a saída simultânea dos 3 (três) últimos candidatos, que assinarão a ata de encerramento da aplicação da prova e acompanharão os fiscais à coordenação para lacre do envelope de cartões-resposta.

Identificação do candidato

Nome (em letra de forma)	Nº do Documento

QUESTÕES 01 A 16 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

01. Os atos de improbidade administrativa são repudiados pela legislação pátria por implicar em lesão ao patrimônio público, importarem em enriquecimento ilícito ou ofenderem os princípios da administração pública. A descrição dos atos ímprobos e o procedimento para sua apuração e penalização estão previstos na Lei 8.429/1992, cujas disposições foram reiteradamente submetidas à análise do Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ). A respeito do tema e considerando a orientação recente dos referidos tribunais, é correto afirmar que:

a) o descumprimento da fase preliminar da Lei de Improbidade Administrativa, que estabelece a notificação do acusado para apresentação de defesa prévia, configura nulidade absoluta, cuja decretação independe da efetiva comprovação de prejuízos.

b) o Ministério Público não tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público, cuja competência é restrita da Advocacia Geral da União.

c) o art. 12 da Lei nº 8.429/92 é expresso ao determinar que as penalidades impostas pela prática de ato de improbidade administrativa dependem do reconhecimento do ilícito penal previsto na legislação específica.

d) vigora a orientação de que, como regra, não existe foro privilegiado por prerrogativa de função para o processamento e julgamento da ação civil pública de improbidade administrativa.

02. A Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) é um imposto cuja competência tributária é atribuída, pela Constituição Federal de 1988, aos Municípios. Considere que o Município XYZ tenha, no exercício de sua competência tributária, editado lei ordinária em que definiu os aspectos da hipótese de incidência do ISSQN em seu território. Nesta lei municipal, o Município XYZ definiu a base de cálculo do ISSQN de forma diversa da Lei Complementar que trata do tema (LC nº 116/03), prevendo a possibilidade de exclusão dos tributos federais do conceito de “preço do serviço”. Considerando-se as regras de competência tributária e o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) externado na ADPF 190 sobre o tema, é correto afirmar que:

a) a lei municipal encontra-se em conformidade com o ordenamento jurídico, pois, recebendo o ente municipal competência tributária, é-lhe também atribuída a competência legislativa integral sobre o tema.

b) a lei municipal não se encontra em conformidade com o ordenamento jurídico pois a exclusão dos tributos federais da base de cálculo do ISSQN consistirá em isenção heterônoma, proibida pelo art. 151, III, da CF/88.

c) a lei municipal não se encontra em conformidade com o ordenamento jurídico pois a definição do que compõe a base de cálculo dos impostos discriminados na constituição da República é matéria reservada a lei complementar, nos termos do art. 146, III, a, da CF/88.

d) a lei municipal encontra-se em conformidade com o ordenamento jurídico, pois a lei complementar que tratou da temática afeta ao ISSQN é inconstitucional, uma vez que houve usurpação da competência legislativa municipal pela União.

03. A Constituição Federal (CF) estabelece a responsabilidade conjunta dos três entes federativos para a defesa e preservação do meio ambiente. Considere a seguinte situação: O Estado ZYX editou, em 2010, lei estabelecendo políticas públicas para a substituição do uso do fogo em áreas rurais; para tanto, a lei estadual previu um cronograma para a cessação do método da queima da palha da cana-de-açúcar, prevendo a substituição gradual e escalonada em um prazo de dez anos. O Município XYZ, com a finalidade de garantir maior qualidade de vida à sua população, resolveu intensificar a proteção ambiental e, em 2013, estabeleceu a proibição total do emprego de fogo para fins de limpeza e preparo do solo para plantio, incluindo a proibição da queima para plantio e colheita da cana-de-açúcar e de outras culturas. Segundo o que dispõe o Código Ambiental (Lei nº 12.651/2012) e nos termos do entendimento proferido pelo Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral sobre o tema (RE 586224), é correto afirmar que, neste caso:

a) A lei municipal é constitucional, uma vez que o município possui competência suplementar sobre o meio ambiente, podendo intensificar as proteções ambientais previstas em leis federais e estaduais, conforme art. 24, VI, da CF/88.

b) A lei municipal é constitucional, pois se trata de assunto de interesse local, previsto como competência legislativa dos municípios, nos termos do art. 30 da CF/88.

c) A lei municipal é inconstitucional, pois, apesar do Município possuir competência legislativa concorrente em matéria ambiental, a substituição do uso do fogo no meio rural deve ser planejada e gradual em razão de fatores sociais e ambientais.

d) A lei municipal é inconstitucional, pois a CF não previu competência legislativa aos municípios em matéria ambiental.

04. A Câmara Municipal de Manfrinópolis adquiriu automóveis de marca estrangeira para uso exclusivo em suas finalidades administrativas. Um destes veículos quebrou durante o prazo de garantia do fabricante. Há necessidade de aquisição da peça

de reposição, sendo que, para a manutenção da garantia, esta deverá ser original, ainda que haja outras marcas disponíveis no mercado. Neste caso, é correto afirmar que:

- a) há inexigibilidade de licitação, por ser inviável a competição em razão de fornecedor exclusivo, dada a necessidade de manutenção de garantia.
- b) haveria inexigibilidade da licitação, contudo, por se tratar de fornecedor estrangeiro, a regra não poderá ser aplicada, devendo-se proceder, obrigatoriamente, à licitação.
- c) há dispensa da licitação, pois, apesar de possível, a lei expressamente dispensa a realização do procedimento licitatório na hipótese apresentada.
- d) haveria dispensa da licitação, contudo, por se tratar de fornecedor estrangeiro, a regra não poderá ser aplicada, devendo-se proceder, obrigatoriamente, à licitação.

05. Há dias uma cena muito desagradável ocorreu na câmara municipal. O vereador J.S.C, em debate acalorado com seu opositor, adotou uma postura constrangedora em relação ao colega, afirmando que ele “apoiou a corrupção, a ladroeira, a sem-vergonhice”, sendo pessoa sem dignidade e sem moral. Considerando as disposições da Constituição Federal sobre o tema e a interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral (RE 600063 / SP- tema 469 da repercussão geral), é correto afirmar que:

- a) As ofensas pessoais proferidas por J.S.C , por ocorrer nos limites da circunscrição do Município e em contexto pertinente ao exercício do mandato, estão acobertadas por imunidade constitucional, não sendo passíveis de reprimenda judicial cível ou penal.
- b) As ofensas pessoais proferidas por J.S.C no âmbito da discussão política não estão alcançadas pela imunidade constitucional, uma vez que se tratam da imputação de crime, configurando calúnia.
- c) As ofensas pessoais proferidas por J.S.C no âmbito da discussão política, ainda que não previssem a imputação de crime, seriam objeto de reprimenda judicial, pois a imunidade alcança apenas a opinião de conteúdo político, jurídico e social, e não de ordem pessoal.
- d) As ofensas pessoais proferida por J.S.C no âmbito da discussão política, apesar de não implicarem em responsabilidade criminal por estarem dentro da imunidade constitucional, garantem ao ofendido a reparação civil por meio de indenização.

06. Leia as assertivas a seguir a respeito do tratamento constitucional dos servidores públicos:

I- Servidor público afastado do cargo para o exercício

de mandato eletivo tem direito à contagem de tempo de serviço para fins de promoção por merecimento ou antiguidade.

II- Servidor público eleito para o cargo de vereador poderá, caso haja compatibilidade de horários, acumular o exercício da vereança com o de seu cargo, função ou emprego anterior, recebendo, nesta hipótese, as duas remunerações, desde que obedecido o teto constitucional previsto no inciso XI, art. 37, da CF/88.

III- Servidor público investido no cargo de prefeito deverá, obrigatoriamente, ser afastado de seu cargo, emprego ou função pública anterior, recebendo, obrigatoriamente, a remuneração afeta ao mandato eletivo, sem possibilidade de escolha em contrário.

Apresenta um correto julgamento a respeito da verdade (V) ou falsidade (F) das assertivas acima:

- a) I - F, II - V, III - F.
- b) I - F, II - V, III - V.
- c) I - V, II - V, III - V.
- d) I - V, II - V, III - F.

07. O Decreto-Lei nº 201/67 atribui às Câmaras Municipais autonomia para cassar Prefeitos e Vereador quando constatada a prática de atos infracionais descritos em seu texto. Apesar de longa discussão doutrinária, o Supremo Tribunal Federal (HC 70.671) entendeu que referido texto normativo foi recepcionado em parte pela Constituição Federal de 1988, estando, portanto, em vigência. Com base nas disposições estritas do Decreto-Lei nº 201/67, aplicado subsidiariamente aos casos em que Lei Orgânica é omissa, é correto afirmar que, no processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara Municipal:

- a) O processo de cassação deverá estar concluído em até 180 (cento e oitenta) dias antes de nova eleição para o cargo de Prefeito, sob pena de arquivamento definitivo.
- b) A denúncia escrita da infração apenas poderá ser feita por meio de vereador no efetivo exercício do mandato e desde que contenha a exposição dos fatos e a indicação das provas.
- c) O denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de 05 (cinco) dias.
- d) Considerar-se-á afastado, definitivamente, do cargo, o denunciado que for declarado em curso de qualquer das infrações especificadas na denúncia pelo voto de, ao menos, 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

08. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00), com a finalidade de direcionar a ação planejada e transparente que garanta o equilíbrio das contas públicas impõe condições para a realização das despesas públicas.

A respeito das regras previstas na referida Lei Complementar, é correto afirmar que:

a) programação financeira de despesa deverá ser realizada, pelo Poder Executivo, em até sessenta dias após a publicação dos orçamentos.

b) na esfera municipal, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) da receita corrente líquida.

c) para fins de atendimento do limite de gasto com pessoal, não será computada a despesa com indenização por demissão de servidores ou empregados e as relativas ao incentivo com demissão voluntária.

d) A operação de crédito contratada com instituição financeira, caso seja considerada nula por infração à Lei, acarretará, após seu cancelamento, a devolução do principal, descontando-se apenas o pagamento de juros e demais encargos financeiros contratuais.

09. Acerca das competências constitucionais atribuídas aos municípios, analise as assertivas abaixo.

I - Compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local.

II - Compete aos municípios complementar a legislação federal nas matérias de competência exclusiva.

III - Compete aos municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial

Com base nisso, assinale a alternativa correta.

a) São corretas as afirmativas I e II, apenas.

b) São corretas as afirmativas II e III, apenas.

c) São corretas as afirmativas I e III, apenas.

d) Todas as afirmativas estão corretas.

10. De acordo com o art. 3 da Constituição Federal a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. Com base nisso, assinale a alternativa correta.

a) Todos os municípios devem ter Tribunal de Contas Municipal após a Constituição de 1988.

b) O município só deve prestar contas ao Legislativo se apresentar saldo negativo de suas contas, caso seja positivo a prestação de contas está dispensada.

c) A análise do controle interno do Poder Executivo Municipal dispensa a análise das contas municipais pelo controle externo.

d) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver

11. Acerca do controle concentrado de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

a) Cabe ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.

b) Cabe ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal.

c) Cabe ação direta de inconstitucionalidade por omissão de lei ou ato normativo federal que contrarie a constituição.

d) Não cabe ação direta de inconstitucionalidade contra lei ou ato normativo federal anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988.

12. Sobre as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara de Vereadores, analise as assertivas abaixo.

I - As Sessões serão abertas com a presença de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara Municipal.

II - Considerar-se-á presente à Sessão o Vereador que assinar o livro de presença até o final da sessão, participando ou não das votações.

III - O Plenário da Câmara somente poderá deliberar com a presença de um terço dos membros da Câmara Municipal.

De acordo com o regimento interno da Câmara de Manfrinópolis, assinale alternativa correta.

a) Está correta a afirmativa I, apenas.

b) Está correta a afirmativa II, apenas.

c) Está correta a afirmativa III, apenas.

d) Todas as afirmativas estão corretas.

13. De acordo com o regimento interno da Câmara de Vereadores de Manfrinópolis, a Câmara Municipal poderá ser convocada extraordinariamente para tratar de matéria urgente, ou de interesse público relevante:

I - Pelo Prefeito Municipal;

II - Pelo Presidente da Câmara;

III - Pela maioria absoluta dos Vereadores

a) Está correta a afirmativa I, apenas.

b) Está correta a afirmativa II, apenas.

c) Está correta a afirmativa III, apenas.

d) Todas as afirmativas estão corretas.

14. Sobre a regulamentação pela Lei Orgânica do Município de Manfrinópolis acerca dos bens públicos, assinale a alternativa correta.

a) Consideram-se bens de uso comum do povo os bens do patrimônio administrativo, destinados a administração, tais como os edifícios das repartições públicas, os terrenos e equipamentos destinados ao serviço público, veículos, matadouros, mercados e outras serventias da mesma espécie.

b) Consideram-se bens de uso comum do povo, tais como estradas municipais, ruas, pontes, parques, praças, logradouros públicos e outros da mesma espécie.

c) A alienação onerosa de bens móveis e imóveis municipais poderá ser realizada mediante portaria do prefeito municipal apenas, exigindo-se apenas avaliação prévia.

d) Consideram-se bens de uso comum do povo aqueles sobre os quais o município exerce os direitos de proprietário, e são considerados como bens patrimoniais disponíveis.

15. Analise as alternativas abaixo e indique a única que NÃO é uma das formas de provimento de cargo público expressamente previstos no art. 8º da Lei nº 157/2002.

a) Nomeação.

b) Promoção.

c) Voto.

d) Readaptação.

16. O Plano de cargos, carreiras e valorização do servidor público de Manfrinópolis (Lei nº 635/2017) visa estimular a evolução funcional e o faz mediante alguns requisitos expressamente previstos na referida lei. Com base nisso, assinale a alternativa que configura um dos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 635/2017 para estimular a evolução funcional.

a) Os avanços por tempo de serviço e grau de escolaridade previstos na lei se aplicam desde a posse.

b) O oferecimento de remuneração digna e condições adequadas de trabalho não integram o plano de estímulo à evolução funcional.

c) Os avanços por tempo de serviço e grau de escolaridade previstos na lei se aplicam somente após passados 5 anos da posse.

d) Os avanços por tempo de serviço e grau de escolaridade previstos na lei se aplicam somente após cumprido o estágio probatório.

QUESTÕES 17 A 22 - CONHECIMENTOS GERAIS

17. Leia a seguinte notícia jornalística, veiculada em agosto deste ano, e assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna:

“Uma van atropelou várias pessoas em um calçadão turístico de _____, conhecido como La Rambla, na tarde desta quinta-feira. Segundo depoimentos, um motorista subiu pela via, fechada apenas para pedestre, atropelando as pessoas que estavam no local. Ao menos treze pessoas morreram e mais de oitenta ficaram feridas. As autoridades tratam o atropelamento como um atentado terrorista e a agência de notícias utilizada pelo grupo AMAQ, ligado ao Estado Islâmico, assumiu a autoria”.

(Jornal El País, 17/08/2017, com adaptações).

a) Barcelona.

b) Lisboa.

c) Paris.

d) Londres.

18. Em julho deste ano, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi condenado, em primeira instância, por corrupção e lavagem de dinheiro, em processo que envolve o chamado “triplex no Guarujá”. Neste caso, o ex-presidente foi condenado a quantos anos de prisão?

a) 9 anos e meio.

b) 19 anos e meio.

c) 29 anos e meio.

d) 39 anos e meio.

19. Considere a seguinte notícia sobre a atual situação política de um país latino-americano e assinale a alternativa que preenche a lacuna corretamente:

“As forças de segurança da _____ praticaram ‘maus-tratos’ e ‘torturaram’, de forma ‘generalizada e sistemática’, pelo menos cinco mil manifestantes e detidos, conforme relatório da Organização das Nações Unidas. Segundo o documento, fica evidente que, desde que a onda de manifestações começou no mês de abril, o governo aplicou um ‘padrão claro’ de uso excessivo de força contra os manifestantes opositores”.

(Agência de Notícias EFE, 08/08/17, com adaptações).

a) Argentina.

b) Bolívia.

c) Colômbia.

d) Venezuela.

20. Diversas ferramentas tecnológicas da atualidade utilizam como base um sistema mundialmente conhecido pela sigla GPS. Analise as opções a seguir e assinale a que apresenta a melhor definição para esse sistema.

a) Complexo sistema de satélites e outros dispositivos que servem para prestar informações precisas sobre o posicionamento individual no globo terrestre.

b) Pessoa que se dedica, com intensidade incomum, a conhecer e modificar os aspectos internos de dispositivos, programas e computadores.

c) Rede de computadores dispersos por todo o planeta, que trocam dados e mensagens entre si.

d) Trata-se de um aplicativo malicioso, desenvolvido por programadores geralmente inescrupulosos.

21. Em relação aos Direitos e Garantias Fundamentais expressos na atual Constituição do Brasil, assinale a alternativa que NÃO apresenta um dos Direitos Sociais.

a) Saúde.

b) Educação.

c) Previdência Social.

d) Estabilidade Financeira.

22. Em relação ao conceito de globalização, analise as afirmativas abaixo e assinale a que apresenta informação INCORRETA.

a) Num contexto de globalização, as relações entre os homens e entre as instituições tendem a limitar-se às contingências do espaço.

b) Uma dimensão essencial da globalização é a crescente interligação e interdependência entre Estados, organizações e indivíduos do mundo inteiro.

c) Trata-se de um processo à escala mundial, ou seja, transversal ao conjunto dos países que compõem o mundo.

d) Um importante aspecto da globalização são os desenvolvimentos tecnológicos que facilitam a comunicação entre pessoas e entre instituições.

QUESTÕES 23 A 30 - LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir e responda as questões de 23 à 30.

Finalmente, meu caminho dependeria do meu esforço e dedicação, de decisões minhas e não de terceiros, e eu me sentia suficientemente capaz de solucionar todos os problemas que surgissem, de encontrar saídas para os apuros em que porventura me metesse.

Se estava com medo? Mais que a espuma das ondas, estava branco, completamente branco de medo. Mas, ao me encontrar afinal só, só e independente, senti uma súbita calma. Era preciso começar a trabalhar rápido, deixar a África para trás, e era exatamente o que eu estava fazendo. Era preciso vencer o medo; e o grande medo, meu maior medo na viagem, eu venci ali, naquele mesmo instante, em meio à desordem dos elementos e à

bagunça daquela situação. Era o medo de nunca partir. Sem dúvida, este foi o maior risco que corri: não partir.

(KLINK, Amyr. Cem dias entre céu e mar. São Paulo: Companhia de Bolso, 2014.)

23. No trecho anterior, o autor relata estar:

a) com medo por estar sozinho e com problemas.

b) tranquilo por ter vencido um grande medo.

c) feliz por poder contar com a ajuda de outras pessoas.

d) em apuros por não saber o que enfrentaria.

24. Assinale a alternativa em que a palavra indicada NÃO é um adjunto adverbial na oração em que ela está empregada.

a) Suficientemente, em: “*eu me sentia suficientemente capaz*”.

b) Rápido, em: “*Era preciso começar a trabalhar rápido*”.

c) Nunca, em: “*Era o medo de nunca partir*”.

d) Calma, em: “*senti uma súbita calma*”.

25. Assinale a alternativa em que o verbo exige uma preposição antes do seu complemento, do seu objeto.

a) “meu caminho dependeria do meu esforço”.

b) “eu me sentia suficientemente capaz”.

c) “este foi o maior risco”.

d) “eu venci ali”.

26. As palavras: *finalmente*, *suficientemente*, *exatamente*, são formadas por:

a) Derivação prefixal.

b) Derivação sufixal.

c) Justaposição.

d) Aglutinação.

27. Assinale a alternativa em que a palavra é acentuada pela mesma regra que a palavra “dúvida”.

a) Análise.

b) Fácil.

c) História.

d) Trégua.

28. A palavra “porventura” é classificada como:

a) Conjunção.

b) Substantivo.

c) Advérbio.

d) Verbo.

29. “*Sem dúvida, este foi o maior risco que corri: não partir*”. No contexto, o pronome “este”, refere-se a:

a) “corri”.

b) “Sem dúvida”.

c) “maior risco”.

d) “não partir”.

30. “Era preciso começar a trabalhar rápido, deixar a África para trás, e era exatamente o que eu estava fazendo”. No trecho destacado, as vírgulas são empregadas para:

- a) isolar termos acessórios da oração.
- b) separar itens de uma mesma lista.
- c) separar orações coordenadas.
- d) marcar um aposto.

GABARITO

PREENCHA SUAS RESPOSTAS NO QUADRO ABAIXO E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30